



DO CORONAVÍRUS AO SARAMPO: UFRJ COMBATE EPIDEMIAS

Página 7

Governo tenta antecipar efeitos da PEC emergencial e veta concursos. UFRJ reage

> Reitora vai nomear 30 docentes concursados e 154 substitutos

> **AdUFRJ convoca assembleia de professores para 12 de março. Em pauta, os ataques do MEC e a participação na greve da educação no dia 18**

Páginas 2,3 e 6

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO MAB



Petroleiros de várias partes do país ocuparam as ruas do centro do Rio contra demissões, privatizações e judicialização da greve que dura quase 20 dias. Página 2

Vitória da Mobilização

> Após intensa campanha de pais e professores, CAp-UFRJ vai receber 17 novos docentes. Página 6

EDITORIAL

NÃO SOMOS REPARTIÇÃO DO MEC

DIRETORIA

O receso na UFRJ chega ao fim, o CONSUNI retorna às suas atividades regulares, assim como a plenária de decanos e diretores de unidade. Estivemos presente em ambos, e graças a uma nota que lemos na abertura dos trabalhos de 2020, o CONSUNI aprovou uma manifestação de repúdio aos ataques que a universidade vem sofrendo. Toda essa movimentação culminou com o documento que a Reitoria divulgou afirmando a manutenção das contratações, nomeações e progressões a que fazem direito os servidores técnicos-administrativos e docentes. Um passo importante, que não foi uma decisão isolada, mas articulada a um movimento nacional mais amplo e que tem nosso apoio integral. Trata-se de um entendimento que precisa ser consolidado em todas as instâncias da universidade, desde chefes de sessões a diretores de unidade: nós não somos uma repartição pública subordinada ao MEC. Somos uma instituição que possui autonomia garantida em dispositivo constitucional, cujo dirigente máximo é nomeado pelo presidente da República, portanto, hierarquicamente no mesmo plano que o senhor ministro. É desta forma que devemos enfrentar os desafios que, em essência, violam direitos garantidos por lei. Em resumo, a posição da UFRJ é de defesa da legalidade e dos princípios constitucionais. A manobra do MEC, com o ofício circular 8/2020 e ofício 40/2020, é a de tentar contrabandear o corte de despesas com pessoal contido na PEC 186 e impor desde já sua austeridade seletiva, pois sabemos que são protegidos os militares e o judiciário no conjunto do plano "Mais Brasil".

O ano letivo começará com perspectivas bastante duras para nós. O congresso do ANDES está indicando a discussão sobre a Greve Nacio-

nal da Educação, por enquanto definida por 24 horas, no dia 18 de março. Teremos Conselho de Representantes dia 4 de março e dia 12, será o dia de nossa assembleia. Portanto, todos seremos chamados a um posicionamento. Já existem propostas de greve por tempo indeterminado, greve apenas das universidades, greve apenas se for com todo o serviço público, enfim, diversos formatos e proposições para enfrentarmos essa situação. A lista de motivos é enorme, mas ainda guardamos muita cautela quanto à eficácia do movimento. Qual seria a pauta se entrarmos em greve? Como seria construído esse movimento? Como ser efetivo em relação ao governo? Que outras formas de pressão poderemos exercer? Seja lá o que cada um de nós esteja pensando nesse momento, uma certeza nos move: estamos no limite de nossa dignidade e precisamos definir juntos, em assembleia, sobre o que faremos. Sucessivas campanhas contra o trabalho docente, a vida universitária e a produção do conhecimento, nos colocam diante de um desafio que jamais enfrentamos de forma tão explícita: um governo que nos têm como inimigos a serem abatidos. E se não queremos nos tornar alvos fáceis, precisamos mais do que nunca encontrar modos de defesa e respostas consistentes.

Ainda não temos as respostas que precisamos, mas há princípios que nos norteiam e não podem ser abandonados em nenhuma hipótese: seja lá qual for o caminho que escolhermos trilhar, precisamos seguir juntos. O mote antigo, gasto em tantas canções do passado, ainda está de pé: a nossa unidade é a única coisa que poderá nos salvar. E a unidade pensada em sentido o mais amplo possível, porque em tempos de terra-planismo e violência não podemos prescindir de ninguém. Que venha março, e com ele a certeza de que encontraremos o caminho justo e a proposta correta, porque será construída por todos nós, ou simplesmente não será...



EQUIPE DEFINE PROJETOS DE 2020 PARA OBSERVATÓRIO

Os representantes das entidades que integram o Observatório estiveram em Brasília, na terça, 18, para planejar as atividades de 2020.

A AdUFRJ segue na coordenação do projeto. Participaram do encontro, os presidentes da APUFSC, APUB-UFBA, ADUNB, ADUNICAMP, ADUFEPE, APUBH-UFMG e ADUFSCAR.

Um dos principais pontos em discussão foi o trabalho político no Congresso Nacional e as mobilizações para a greve de 18 de março. Ficou definido que as prioridades serão a defesa da autonomia, o orçamento e a PEC emergencial. Sobre a greve, o Observatório irá produzir materiais para a mobilização.

Na Câmara dos Deputados, houve reunião com o Grupo de Trabalho sobre Universidades.

O relatório final dos trabalhos do GT será apresentado em abril e terá apontamentos produzidos pelo Observatório.

Ainda na Câmara, ocorreu reunião com o deputado João Campos (PSB/PE), da Comissão Externa que acompanha o MEC. O Observatório manifestou as preocupações com os ataques do governo contra as universidades.

AGENDA

04/03

CONSELHO DE REPRESENTANTES
Sala D220-CT

12/03

ASSEMBLEIA DE PROFESSORES
Reunião será multicampi e ocorrerá no auditório G2 na Letras, no Fundão, e no Salão Pedro Calmon na Praia Vermelha. Haverá assembleia em Macaé, mas ainda não foi definido o local.

UFRJ garante posses e concursos. Apesar do MEC

> Ofício previa suspensão de reajustes, vantagens, progressões, promoções, nomeações e concursos para as universidades. Reitoria anuncia que fará a nomeação de todos os aprovados

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O ano começou duro para os servidores, em especial os professores federais. O governo tenta aprovar a PEC da Emergência Fiscal, que promete acabar com ganhos salariais, além de vetar concursos e posses.

Embora ainda não esteja em vigor, governo tenta antecipar efeitos da PEC nas universidades, pressionando severamente as instituições para reduzir gastos com pessoal. No dia 4 de fevereiro, o Ministério da Educação emitiu ofício contrário à realização de contratações e pagamentos de adicionais. Nele, o MEC informa que seu orçamento para 2020 caiu de R\$ 74,6 bilhões para R\$ 71,9 bilhões durante a tramitação no Congresso.

Por isso, as universidades não deveriam contrair despesas sem a devida indicação orçamentária. Ficariam de fora contratações e progressões, por exemplo.

Os sindicatos reagiram. No último Conselho Universitário, dia 13, a AdUFRJ aprovou nota em defesa da autonomia universitária e contra as interferências do MEC, que colocaram em risco as atividades acadêmicas. No dia 17, a presidente Eleonora Ziller esteve na Plenária de Decanos e Diretores na qual convidou a todos a somarem esforços em defesa da universidade e dos serviços públicos. Na manhã de quarta-feira, a reitoria anunciou a nomeação de 30 docentes efetivos e 154 substitutos.

A reitora Denise Pires de Carvalho explicou que o MEC encaminhou ofícios com as vagas a que a UFRJ tem direito e proibindo execução de despesas. "Estamos buscando orientação jurídica para proceder da melhor forma possível". O vice-reitor, Carlos Frederico Leão Rocha, afirmou que a decisão da UFRJ é de retomar os concursos. "Os documentos do MEC contrariam legislações vigentes. Vamos proceder com as nomeações".

O quadro de asfixia é comum a outras universidades. Nomeações foram canceladas nas federais da Paraíba e do Paraná.

O pano de fundo político é o "Plano Mais Brasil". Dele fazem parte três PECs: da Emergência Fiscal (186/2019), dos Fundos Públicos (187/2019) e do Pacto Federativo (188/2019).

A prioridade do governo é a PEC 186, que impõe medidas de



TRECHOS DA NOTA OFICIAL DA REITORIA SOBRE CONCURSOS

Recentemente, o Ministério da Educação emitiu posicionamentos orientando as Instituições Federais de Ensino Superior acerca de despesas com pessoal ativo e inativo, inclusive sobre benefícios e encargos a servidores públicos, e informando os limites de provimento de cargos autorizados no Banco de Professor Equivalente e no Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos em Educação para 2020.

A Pró-Reitoria de Pessoa seguirá com as nomeações de docentes, efetivos e substitutos, e de técnicos-administrativos, dando sequência ao calendário letivo e às

austeridade fiscal toda vez que houver o descumprimento da chamada "regra de ouro" - mecanismo que veda operações de crédito que excedam as despesas de capital. A proposta busca impedir novos gastos com pessoal de qualquer natureza, como, por exemplo, adicionais noturnos, horas-extras e até bonificações por nascimentos de filhos de servidores. O texto ainda deixa claro que o teto de gastos poderá ser congelado sem reposição da inflação. As medidas poderão valer desde o momento em que for constatado o desrespeito à regra de ouro até os dois anos seguintes.

A PEC tem trechos considerados inconstitucionais. É o caso da redução de 25% da carga-horária, com corte de salários. O Supremo Tribunal Federal vai analisar o tema em abril.

Pelo texto, o corte de gastos pode ser feito, ainda, por meio de suspensão de admissão e concursos e de demissões.

ORÇAMENTO

A Lei do Teto de Gastos é um agravante para as instituições. O orçamento da UFRJ de 2020 já é inferior ao de 2019. São R\$ 2,9 bilhões a menos.

E não é só. Pela primeira vez, o orçamento das universidades está, grosso modo, dividido em duas partes. A primeira, de R\$ 274,17 milhões, integralmente aprovada. A segunda, de aproximadamente R\$ 100 milhões, que depende de suplementação.

O mesmo ocorre com a rubrica de pessoal. No caso da UFRJ, estão garantidos R\$ 2,48 bi dos mais de R\$ 3,5 bilhões ne-

ORÇAMENTO 2020

PLAO:
R\$ 382 milhões

LOA:
R\$ 374 milhões
Divididos da seguinte forma:
R\$ 274 milhões aprovados
e outros R\$ 100 milhões
dependendo de liberação de crédito suplementar

Corte de R\$ 8,2 milhões

E redução de R\$ 2,9 milhões em comparação ao orçamento de 2019.
Principais cortes: custeio, assistência estudantil e investimento.

cessários para este ano. Outros R\$ 895,9 milhões, informou o pró-reitor de Planejamento e Finanças, Eduardo Raupp, estão condicionados à aprovação de crédito suplementar. "Ainda assim, faltará dinheiro para fechar a folha no final do ano", alertou. "Se todo o orçamento for aprovado, ainda serão necessários mais R\$ 203 milhões".

Gestores das universidades federais acreditam que a aposta do governo é aprovar a PEC emergencial antes de colocar em votação a liberação de créditos suplementares.

A associação de reitores das universidades federais (Andifes) vai encaminhar representação ao Tribunal de Contas da União e aos poderes Executivo e Legislativo sobre as implicações legais caso os gestores desobedeçam a determinação do MEC.

DESPESAS DE PESSOAL

Necessários:
R\$ 3,58 bilhões

Aprovados:
R\$ 2,48 bilhões

Dependendo de suplementação:
R\$ 896 milhões

Ainda faltam:
R\$ 203 milhões
Para fechar a folha de pessoal no final de 2020. Ainda não está claro como o governo pretende fazer esta nova suplementação orçamentária.



IMAGEM DA SEMANA



PETROLEIROS OCUPAM RUAS DO CENTRO DO RIO E CONQUISTAM APOIO PARA GREVE

Milhares de petroleiros fizeram um ato, no último dia 18, no Centro do Rio. A manifestação foi parte da mobilização de greve da categoria, deflagrada desde 1º de fevereiro, contra o desmonte da Petrobras e as demissões em massa. A manifestação também foi uma reação contra a decisão do TST, que considerou a greve ilegal, e ainda condenou os sindicatos da categoria a pagarem multa diária de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil e o bloqueio das suas contas enquanto durar a greve.



FOTOS: COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO MAB

PASSAGENS PARA CAPACITAÇÃO

A UFRJ vai lançar esta semana portaria que muda regras para concessão de passagens e diárias para eventos de capacitação e funcionamento. Antes, cabia à administração central analisar o mérito dos pedidos. Agora, a responsabilidade passará a ser de cada unidade. O pró-reitor de Planejamento e Finanças, Eduardo Raupp, contou a novidade na Plenária de Decanos e Diretores do último dia 17. "A ideia é diminuir as etapas para concessão dessas passagens. Hoje, é a PR-3 que

analisa os pedidos, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Basicamente, quem chegar primeiro, leva", resumiu. Ele explicou por que mudar a forma de concessão. "Constatamos que historicamente há unidades que pedem muito esses auxílios e outras que raramente solicitam, ou quando o fazem, a limitação orçamentária nos impede de atender". Agora, haverá uma autorização prévia do orçamento para cada unidade. "Cada um vai conhecer seu limite de gastos para

diárias e viagens e as unidades vão decidir como utilizar esses recursos", afirmou Raupp. A UFRJ vai destinar, no total, R\$ 1 milhão para despesas de capacitação e R\$ 1,5 milhão para as de funcionamento. Pedidos para funcionamento, serão feitos diretamente à PR-6. Para capacitação, será necessário, antes, fazer consulta junto a PR-4 para verificar se o pedido está alinhado ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, estipulado pelo Ministério da Economia em setembro.

ANDES

O 39º Congresso do Andes, ocorrido na USP entre 4 e 8 de fevereiro, explicitou visões diferentes sobre o sindicato nacional de professores universitários. Com um olhar profundamente crítico sobre a metodologia do congresso e sobre a atuação política do ANDES, a diretoria da AdUFRJ quer abrir o debate e, para isso, convidou sindicalizados para escrever artigos sobre o tema. O primeiro convite foi para os delegados da UFRJ no 39º Congresso, que apoiam a atual diretoria do Andes. O grupo, no entanto, declinou o convite. Para manter a pluralidade e a publicidade da discussão, divulgamos a seguir dois textos que circularam em diversas redes sociais e que contribuem para uma reflexão equilibrada sobre a importância do movimento docente no atual contexto de desrespeito e destruição da vida universitária.

Artigo

WAGNER ROMÃO

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP - ADUNICAMP

MARIA CAMEZ CARLOTTO

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - ADUFABC

FABIO VENTURINI

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - ADUNIFESP

UM BALANÇO NECESSÁRIO E URGENTE!

Entre os dias 4 e 8 de fevereiro, na Universidade de São Paulo, ocorreu provavelmente o maior Congresso da história do ANDES, Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior, nos seus quase quarenta anos de existência. Participaram 460 delegadas e delegados de 86 seções sindicais, além de dezenas de observadores e convidados, totalizando quase 700 professores e professoras de todo o país, reunidos para debater os rumos do movimento de defesa do ensino superior público.

Em nossa visão, tamanha participação teve dois motivos principais, ambos ligados às funções do Sindicato Nacional na atual conjuntura.

Em primeiro lugar, a ampla participação foi efeito direto dos duros ataques que a educação, em especial em nível superior, vem sofrendo tanto por ação de Bolsonaro-Weintraub-Guedes quanto dos seus congêneres nos estados e municípios. Os ataques não param: redução do investimento em ensino e pesquisa, desvalorização dos professores, mudanças autoritárias no sistema da pós-graduação, corte de bolsas, ameaça à política histórica da Capes e do CNPq, programas aventureiros como o Future-se, militarização das escolas, erros no ENEM, propostas de corte e redução de salários. Isso para não falar das graves ameaças à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, bem como da nossa indignação frente ao desrespeito com que o atual ministro Weintraub trata educadores e educadoras e a educação.

Professores universitários de todo o Brasil têm percebido que, neste terrível momento histórico, o Sindicato Nacional tornou-se, mais do que nunca, um instrumento essencial para a organização da nossa resistência. Somos presidentes de associações docentes filiadas ao Andes-SN e, diariamente, nos procuram professoras e professores aflitos/as quanto ao que podemos fazer para defender a educação pública do país e lutar contra esse estado de coisas. A ida ao Congresso do ANDES-SN foi, portanto, uma tentativa de buscar respostas através da troca de experiências com docentes que vivem situações semelhantes em suas universidades. Nossa aposta era na possibilidade de, através do diálogo aberto, organizar o movimento docente nacional em outro patamar. Infelizmente, apesar de todo o seu potencial, o 39º Congresso do ANDES-SN não possibilitou, a nosso ver, nem uma coisa nem outra. E isso tem a ver com a segunda razão pela qual o Congresso do ANDES-SN deste ano teve tamanha participação.

No nosso entender, sua grandeza se deve, em segundo lugar, a uma crescente insatisfação dos docentes que compõem a base do ANDES-SN com o modo como o Sindicato Nacional vem sendo conduzido nos últimos anos, o que se culminou na profunda incapacidade com que ele vem enfrentando os ataques de Bolsonaro-Weintraub-Guedes. A principal crítica se dirige à dificuldade da atual Diretoria do Andes-SN em romper com práticas políticas obsoletas, pautadas em um misto de burocratismo e sectarismo po-

lítico, que tem conduzido o ANDES-SN a um inadmissível imobilismo e a uma constrangedora perda de legitimidade. Isso é patente na fragilidade com que o Sindicato Nacional se coloca tanto na defesa da educação pública quanto dos avanços obtidos pelas políticas públicas em diversos setores, desde a Constituição de 1988.

Dois exemplos de posições da Diretoria no Congresso expressam bem este sectarismo isolacionista.

O primeiro deles se deve à decisão da Diretoria em defender a permanência do ANDES-SN na central sindical CSP-Conlutas, atualmente hegemônica pelo que sobrou do PSTU. Havia um forte apelo nos grupos de trabalho e na plenária do Congresso pela saída imediata da CSP-Conlutas. Muitos docentes não sabem, mas esta central se destaca, dentre as diferentes centrais sindicais do país, pela recusa em engajar-se nas lutas recentes pela defesa da democracia brasileira, em especial, na luta contra o Golpe de 2016 e pelo reconhecimento da perseguição jurídica sofrida pelo ex-presidente Lula. Essa posição tem isolado politicamente a CSP-Conlutas e, com ela, o ANDES-SN. Menos porque os movimentos, fóruns e partidos que colocaram a defesa da democracia como uma de suas prioridades se recusam a militar ao lado da CSP-Conlutas e mais porque ela se recusa a reconhecer, nesses movimentos, interlocutores políticos legítimos, a despeito de todas as diferenças. As críticas violentas e, muitas vezes, moralistas a movimentos, partidos e fóruns que têm sido fundamentais na resistência a Bolsonaro é, a nosso ver, injustificável em um contexto em que precisamos, mais do que nunca, de unidade.

Por isso, na nossa visão, a CSP-Conlutas coloca-se, hoje, como uma "bola de ferro" a impedir o Andes-SN de ampliar sua relação com outras forças políticas do campo progressista. Além disso, a CSP-Conlutas segue mantendo uma análise absolutamente equivocada da conjuntura política, como fica claro na sua insistência em negar, até hoje, o golpe de 2016 e, como neste caso, toda a força da ofensiva conservadora na América Latina. Considerando-se que um dos papéis de uma central sindical é auxiliar seus sindicatos filiados a analisar a conjuntura e a agir nela, novos erros podem aprofundar nosso fracasso na defesa das universidades e do funcionalismo público, em um momento em que precisamos, urgentemente, reagir.

O voto dos grupos que sustentam a atual Diretoria do Andes-SN foram fundamentais para se aprovar uma resolução que adia - novamente - a desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas, negando ao nosso Sindicato a autonomia que ele tanto precisa para ampliar sua capilaridade política.

O segundo exemplo é a posição dessa mesma diretoria pela não participação do Andes-SN no Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Este Fórum é, hoje, o mais importante espaço de resistência aos desmandos de Weintraub e Bolsonaro na educação, atuando ativamente para pressionar o governo federal a implementar as urgentes ações propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) até 2024.

O FNPE articula 35 entidades nacionais do campo da educação - entre elas a UNE, a UBES, a FASUBRA, o MST, a Contag, o CEDES (Centro de Estudos Educação & Sociedade), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a ANPG, a CUT, a CTB, o Fórum EJA, o Proifes, a ANPED, a ANDIFES, a ABGLT, entre tantas outras associações e entidades da sociedade civil que militam no campo da educação. De maneira inexplicável, a não ser pelo sectarismo que já destacamos, a atual direção vem se recusando a atuar na FNPE.

As votações em plenário sobre estes dois temas foram bastante divididas mas, ao fim, prevaleceu a posição da Diretoria.

A nosso ver, esses são dois grandes equívocos na condução de um Sindicato Nacional formado por mais de 70 mil docentes sindicalizados, que representa uma categoria constituída por cerca de 300 mil professores e professoras, das mais diferentes posições políticas e que deveria estar liderando o movimento de defesa da educação e da ciência e tecnologia no nosso país.

A esses equívocos se somam outros, talvez ainda mais graves, como a recusa de enfrentar debates necessários, tais como o papel das novas tecnologias na nossa organização sindical, vertentes não precarizadas de ensino à distância, alternativas de modelos e financiamento público ao ensino superior, entre outros. Em nome de uma conservadora defesa de posições "históricas" do sindicato, nega-se a legitimidade de debates fundamentais, o que contribui para isolar o ANDES-SN da sua própria base, os professores e professoras do ensino superior público de todo o Brasil.

Por fim, mas não menos importante: a forma com que a Diretoria do ANDES organizou e conduziu o 39º Congresso fez os quase 700 professores e professoras reunidos em São Paulo dedicar cinco dias de suas energias a discussões em que sobram formalismos e tabus e faltaram debate efetivo, renovação de ideias e, principalmente, organização política. Saímos tão despreparados quanto entramos para enfrentar os ataques do governo Bolsonaro e congêneres. Seguimos sem uma pauta clara, sem um discurso articulado, sem uma linha política forte e inovadora capaz de mudar a conjuntura de destruição da educação por um movimento fundamentalista e ultraneoliberal que só cresce.

Somos um dos maiores sistemas científicos do mundo. Temos um complexo e bem articulado sistema público, laico e gratuito de educação. Uma universidade pública forte, nacional, democratizada e em processo de consolidação e o Andes-SN precisa ser articulador efetivo da grande frente em sua defesa. Não fará isso, no entanto, se não for capaz de, primeiro, articular a base de 300 mil professores de ensino superior público que compõe a sua base.

Precisamos, urgentemente, repensar os rumos no nosso Sindicato Nacional. Disso depende, sem dúvida, a defesa vitoriosa da universidade pública brasileira e da educação, ciência e da tecnologia que ela produz. Infelizmente, a atual Diretoria não parece estar à altura deste desafio.

Artigo

COLETIVO CONTRAPONTO

UM PEQUENO PASSO ADIANTE

titutos federais, mas que envolva toda a educação brasileira e todo funcionalismo. Mas fazer a nossa parte é o primeiro passo e a adesão das demais categorias depende do acúmulo desses setores e de pontos de reivindicação que unifiquem. Se os ataques são contra todos, a luta precisa ser unificada.

Nosso coletivo deu sua contribuição para que o congresso não saísse apenas com uma decisão de greve docente, mas também com eixos concretos e que possam sensibilizar a categoria. Questões como correção das perdas, recomposição do orçamento das universidades e derrubada ou arquivamento de propostas absurdas apresentadas pelo governo no parlamento foram arrolados como eixos. A greve, mesmo sendo uma necessidade, depende da sintonia entre as reivindicações e nossa capacidade de sensibilizar a categoria.

Uma boa parte do congresso foi consumida pelo debate sobre desfiliação do sindicato da central CSP-Conlutas. Nosso coletivo apresentou uma TR propondo a imediata desfiliação, entendendo que tal central mais atrapalha do que ajuda na tarefa de construir laços sólidos de nossa categoria com os demais segmentos educacionais e tem errado profundamente na condução política já faz vários anos.

O Congresso debateu 3 caminhos sobre a questão. Um grupo minoritário defendia a permanência pura e simples e endeuava a atuação da Conlutas. Um grupo, que ao final representou um terço dos delegados, defendia a saída, mesmo que no seu conjunto houvesse distinções sobre o que fazer depois. E um campo majoritário propôs que se fizesse um balanço crítico e após um ano a questão voltasse a votação, após reflexão de um Conad extraordinário e consulta a categoria nas assembleias de base. Essa última posição foi a vencedora. Apesar de nossa proposta ter sido derrotada, consideramos que ficou evidente um processo acelerado de esgotamento da relação do sindicato com essa central, o que vemos como muito positivo, mesmo que não esteja acontecendo no ritmo que gostaríamos.

Também se avançou um pouco (menos do que nosso coletivo propunha) no caminho de unificação dos setores educacionais. O movimento educacional está dividido em pelo menos três articulações:

- a) O Fórum Nacional Popular de Educação, onde estão a maioria das entidades científicas e sindicais da educação básica. Essa estrutura surgiu após o golpe, como fechamento dos espaços institucionais de participação. Apesar de representativo, tem pecado em condicionar suas ações as demandas do PT, inclusive sendo pouco crítico aos erros cometidos na área educacional por governos de esquerda (militarização de escolas na Bahia e Piauí, para registrar um exemplo).
- b) A CONDEP, que promove o ENE (Encontro Nacional de Educação), basicamente composto pelo ANDES, SNAEFF e movimentos em torno da Conlutas. Apesar de bastante combativo, peca por não conseguir atrair entidades representativas.
- c) A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede de entidades do movimento social, que participa do Fórum, mas é crítico em relação ao seu aparelhamento.

Nosso coletivo propôs que a prioridade do nosso sindicato não deveria ser realizar o IV ENE e sim ser protagonista de um processo de unificação de todos os movimentos existentes, repetindo a experiência da década de 90 (CONEDS). Os extremos se reproduziram novamente e as análises de conjunturas estão datadas de um período anterior ao governo de extrema-direita. De um lado, os que não enxergam os problemas de aparelhamento do Fórum Popular. De outro, uma priorização das divergências, como justificativa para não investir na unificação. Foi, pelo menos, aprovada que nosso próximo ENE deve convidar o Fórum para participar, mas sem uma postura de priorizar o que nos unifica, tal decisão não sairá do papel.

Tivemos também um debate sobre novas formas de organização das deliberações das seções sindicais. Aprovou-se corretamente a possibilidade de assembleias simultâneas usando web conferência ou vídeo conferência, providência essencial para garantir a participação em universidades multicampús. Mas, corretamente também, se vetou as tentativas de introduzir formas de votação não presencial, fenômeno disseminado em algumas seções sindicais, especialmente as que são dirigidas pelo Proifes, mas que conta com defensores em parte do coletivo Renova.

Há uma confusão entre absorver as novas tecnologias, colocando-as a serviço da democratização da participação dos filiados e substituir o debate presencial, o compromisso com a construção da luta sindical por apenas consultas online sobre posicionamentos, deixando o poder cada vez mais concentrado nos grupos que porventura estejam dirigindo a estrutura sindical.

Não existe vitória sem luta e essa não é virtual, é concreta, ocupando espaços públicos, marchando nas ruas e avenidas, assumindo a responsabilidade de defender os interesses mais sentidos da categoria. Substituir esse rico processo de aprendizado e participação por consultas é

esvaziar a luta.

Também foram apresentadas duas chapas para concorrer nas eleições de maio. A chapa 1, composta pelo Coletivo Andes de Luta e pela Base, Coletivo Contraponto e independentes e Chapa 2, composta pelo Coletivo Renova e independentes.

A pergunta que mais esteve na cabeça dos delegados, especialmente aqueles independentes dos grupos políticos já constituídos, era sobre que direção sindical é necessária para conduzir nossa categoria no enfrentamento do governo de extrema-direita.

É preciso lembrar que o contexto que surgiu o chamado sindicalismo combativo. Duas características o definiam: a) disposição para enfrentar os patrões (ou os governos, no caso dos servidores públicos), usando para isso todas as ferramentas disponíveis, inclusive a greve; b) consciência e que não bastava corrigir nossos salários todos os anos, era necessário denunciar o caráter estrutural da forma como a sociedade se organizava, ou seja, era um sindicalismo que e opunha ao capitalismo.

Nossos sindicatos, inclusive o Andes, são fruto desse poderoso movimento, que foi decisivo para que a redemocratização acontecesse e que em 1988 tivéssemos direitos sociais inscritos na Carta Magna e conquistássemos o direito de sindicalização. Acontece que, ao passar dos anos, essa visão foi esmorecendo e foi ganhando força um sindicalismo de resultados, de direita e de esquerda. A visão de que o papel de um sindicato seria simplesmente repor o valor de nosso trabalho se firmou e se tornou majoritária, inclusive na central que foi fruto do sindicalismo combativo (CUT).

Hoje, o sindicalismo de resultados possui novas roupagens e isto está presente nas disputas sindicais do Andes. O surgimento de um sindicato paralelo, dócil ao governo de plantão, foi a maior expressão desse processo. O Proifes só foi possível por que ganhou força uma ideia de que greve não era mais necessário (são desgastantes mesmo, por que a luta é árdua, os governos intransigentes e não se consegue nada sem algum risco na vida), que bastava ter diálogo, trânsito com as autoridades. Aliás, para esse sindicalismo nem mesmo o esforço de comparecer a uma assembleia de vez em quando seria mais necessário, poderia simplesmente responder uma consulta online, delegando a direção a defesa dos nossos interesses.

Não é só no Proifes que tais visões estão presentes. Mas a pergunta é: tal prática sindical nos permite enfrentar um governo de extrema-direita? A resposta é não. Em governos mais à esquerda, onde os referidos sindicalistas possuem canais de interlocução, algumas migalhas poderiam ser conseguidas (migalhas por que seguidos governos de esquerda mantiveram políticas de austeridade e essas vitimaram o funcionalismo). Mas não possuem disposição de luta, desarmam a categoria sobre a necessidade de usar instrumentos mais radicais, desestimulam a participação presencial, fundamental para tomar decisões e fazer a necessária pressão sobre os governos.

Podemos concentrar o debate sobre as deficiências da dinâmica de nosso congresso. É um debate real, posto que concordo que apesar de democrático, o mesmo pode e deve sofrer profundas modificações. Mas isso não resolve o nosso principal problema e apenas esconde a verdadeira divergência.

Temos dois caminhos a seguir e diante deles não podemos tergiversar. Uma opção é a migração para um sindicalismo de resultados, desmobilizador, light, que evita conflitos com docentes mais conservadores, que substitui a mobilização pela capacidade de interlocução de corretores e gabinetes e consultas online e que fica na superfície dos nossos problemas. Ou então, mantêm a combatividade de nosso sindicato, organiza e mobiliza a categoria para a mais dura greve de nossa história (ou alguém acha que vai ser com conversa amena que vamos derrotar esse reacionário que governo o país?), enfrenta o avanço conservador nas universidades e segue o exemplo de muitos países onde o povo não aceitou de forma cordata ter seus direitos suprimidos para superar a crise do andar de cima.

Qual o saldo do Congresso?

Nosso sindicato está mudando, saindo lentamente de uma situação de isolamento. Nosso coletivo gostaria que esse processo fosse mais rápido e os desafios conjunturais exigem que seja, mas não defendemos que o resultado seja formas sindicais que aparelham o sindicato a uma posição política, o retorno ao enferrujado sindicalismo cutista, que optou pela fidelidade ao governo de seu partido e virou as costas aos anseios das categorias na reforma da previdência de 2003, ou então ao sindicalismo sem mobilização concreta e presencial que algumas entidades de base exercitam, esvaziando o pertencimento da categoria e diminuindo nossa capacidade de ocupar as ruas e deteros ataques.



Contratação de substitutos garante aulas no CAp

> Depois da mobilização de pais do Colégio de Aplicação, reitoria anuncia retomada de contratos

ANA BEATRIZ MAGNO
E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

Valeu a luta. Foi assim que os integrantes da Associação de Pais e Amigos do Colégio de Aplicação receberam a notícia de que a UFRJ vai contratar 17 professores substitutos para o CAp. Cerca de 800 crianças e adolescentes correm risco de ficar sem aulas desde que o MEC enviou documentos pressionando as universidades a evitarem contratações e novas posses.

A pressão do governo não silenciou a comunidade capiana. Mães, pais e crianças passaram as últimas semanas alertando para os riscos de suspensão das aulas. Deu certo.

Na noite de terça-feira (18), a reitoria avisou ao CAp que iria contratar imediatamente os 17 professores substitutos já aprovados em seleção pública. As outras vagas serão liberadas ao longo do ano. A autorização do MEC para 2020 é de 64 substitutos, entre renovações e novas contratações para o colégio e a Escola de Educação Infantil.

“A nossa mobilização foi fundamental para que a universidade e a sociedade entendessem o impacto de manter a suspensão dos contratos”, avalia Patrícia Boueri, presidente da APACAP. “A nossa mobilização foi fundamental para que a universidade e a sociedade entendessem o impacto de manter a suspensão dos contratos”, avalia Patrícia Boueri, presidente da APACAP.

A instituição tem 810 alunos, da pré-escola até o Ensino Médio, com professores efetivos e 32 substitutos. “Começamos as aulas no dia 10, mas se não contratarmos os docentes não sei se vamos conseguir manter a escola aberta”, lamentou a diretora Fátima Galvão, no Consumi.

Há uma carência de 26 docentes das mais diversas áreas. No ano passado, 17 professores substitutos foram aprovados, mas não tomaram posse. Outros 9 estão em processo. A assinatura é feita pela Pró-reitoria de



MANIFESTAÇÃO em frente ao Colégio de Aplicação, no início do mês, iniciou luta por vagas docentes

fazem o Enem no final do ano e vários meninos portadores de necessidades especiais. Esses alunos não podem ficar sem aula. Precisamos que a UFRJ nos ajude. O que a UFRJ pode fazer por nós?”, desabafou a presidente da APACAP.

A instituição tem 810 alunos, da pré-escola até o Ensino Médio, com professores efetivos e 32 substitutos. “Começamos as aulas no dia 10, mas se não contratarmos os docentes não sei se vamos conseguir manter a escola aberta”, lamentou a diretora Fátima Galvão, no Consumi.

Há uma carência de 26 docentes das mais diversas áreas. No ano passado, 17 professores substitutos foram aprovados, mas não tomaram posse. Outros 9 estão em processo. A assinatura é feita pela Pró-reitoria de

“**Nossa mobilização foi fundamental para que a universidade e a sociedade entendessem o impacto de manter a suspensão dos contratos**”

PATRICIA BOUERI
Presidente da APACAP

Pessoa. “Estamos com muitas turmas sem aula”, explicou a vice-diretora, Cris Miranda. “Esse será um ano muito difícil”, completou.

nessas condições”, lamentou a diretora Fátima.

GOVERNO TEM QUE ASSEGURAR RECURSOS

No dia 18, pais, professores, alunos e técnicos do CAp se reuniram com o pró-reitor de Planejamento e Finanças, Eduardo Raupp, para esclarecer a grave situação orçamentária e anunciar a decisão da contratação.

“Na nossa interpretação, o que faltava para que seguissemos com as contratações era o ofício do MEC com os limites para provimento de vagas”, explica Raupp. “Como o documento nos foi enviado, passamos a ter condições de dar continuidade aos concursos, nomeações e contratações, conforme o que preconiza a lei”, afirma.

O pró-reitor lembra que a responsabilidade de prover orçamento para as despesas obrigatórias não é da universidade. “É o Ministério da Economia que precisa garantir esses recursos. Nosso papel é manter a instituição funcionando. Para isso, precisamos de pessoas”.

Num momento em que a universidade sofre graves ataques inclusive do MEC, é fundamental mostrar a relevância social da universidade. Foi assim que a APACAP conseguiu espaço na imprensa e mostrou a relevância do colégio, uma das melhores escolas públicas do Rio. “Com certeza a mobilização é fundamental. Mostra que há pessoas que lutam pela manutenção dos serviços. Mostra o quanto somos necessários e cria um caldo de apoio na sociedade”, avalia Raupp.

Patrícia concorda. “Precisamos estar mais unidos na defesa da UFRJ”. No dia 20, a APACAP vai se reunir com a reitora Denise Pires de Carvalho e com a direção do colégio para novos esclarecimentos.

A Educação Especial é o setor com maior carência. Faltam cinco professores. “Faltam também mediadores. Alguns que acompanhavam determinadas crianças, foram trocados para outras ou não foram renovados. É uma situação bastante delicada”, disse Patrícia.

A Educação Infantil precisa de quatro docentes. Artes Visuais também. Faltam dois de Língua Portuguesa, dois de Matemática e dois de Física. Além de um de Biologia, um de Música, um de Química, um de Francês e um de Desenho Geométrico. “As disciplinas do Ensino Médio são fundamentais para um bom desempenho no Enem. Os meninos do terceiro ano correm contra o tempo”, alertou Patrícia. “Sem falar das crianças com déficits severos. Temos várias

MEC TENTA ATACAR AUTONOMIA DA UFF

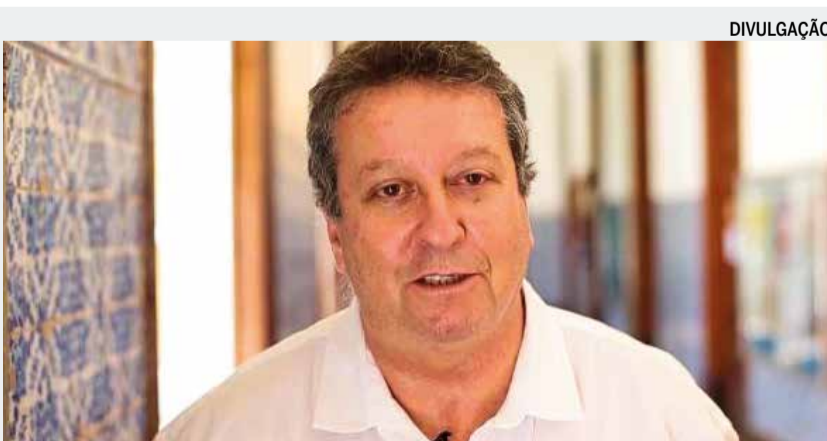
O Ministério da Educação abriu procedimento administrativo disciplinar contra 30 professores da Universidade Federal Fluminense para que eles expliquem um voto dado no Conselho Universitário da instituição há 12 anos. Na ocasião, o conselho decidiu que os professores e técnicos aposentados deveriam ter os mesmos aumentos dos que estavam na ativa. A ADUFF manifestou-se tratando o ato como “uma clara tentativa de intimidação e ataque à autonomia universitária”.

COTAS: REITORA DIZ QUE COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO É NECESSÁRIA

Desde que houve a denúncia de 280 fraudes nas cotas para pretos e pardos da UFRJ, a universidade recorrentemente ganha as páginas dos jornais. A instituição se debruçou na apuração dessas denúncias e formou uma comissão de 54 pessoas, entre docentes, estudantes e técnicos-administrativos. Até o momento, 196 casos foram elucidados. Os números são alarmantes: 55% das pessoas efetivamente mentiram em relação à sua etnia e roubaram as vagas destinada a negros.

Além de investigar as denúncias, a comissão tem por objetivo validar as aprovações por cotas raciais no SisU. A reitora Denise Pires de Carvalho informou que mais de 85% dos estudantes foram considerados aptos pela comissão e há 15% de faltosos. “Todas as análises são filmadas, os procedimentos são claros, as pessoas estão capacitadas e foram treinadas”, afirmou. “Infelizmente, um número superior a 50% de fraudes nos mostra o quanto esta comissão é necessária”.

NOTAS



MORRE PROFESSOR DAVID KUPFER

Lamentamos informar que morreu o economista David Kupfer, da UFRJ. Um dos mais brilhantes na análise sobre a industrialização – e desindustrialização – do Brasil. Lutava contra o câncer há alguns anos. Mesmo doente, fez questão de publicar artigos e dar entrevistas sobre a análise da economia brasileira. Por diversas vezes colaborou com o **Jornal da AdUFRJ**.



CIÊNCIA DE DADOS A Universidade Johns Hopkins, dos EUA, criou um mapa que é alimentado com informações de infecções pelo mundo

Universidade combate novas e velhas epidemias

> HU vai ser centro de referência para receber eventuais infectados por Coronavírus. UFRJ também adere à campanha de vacinação contra sarampo, doença que havia sido erradicada em 2016

LUCAS ABREU E
ELISA MONTEIRO
comunica@adufrrj.org.br

Diante da epidemia do novo coronavírus, a UFRJ confirma seu papel de excelência e se apresenta para o desafio. O Hospital Universitário já tem três leitos (que podem chegar a oito) separados para pessoas que sejam diagnosticadas no Rio de Janeiro. Além disso, a reitoria articulou um grupo de trabalho multidisciplinar para atuar junto a comunidade científica. Tudo isso sem perder de vista questões que são mais urgentes aos brasileiros, como o ressurgimento do sarampo, doença que havia sido erradicada, mas voltou nos últimos dois anos, e teve quatro casos registrados no HU em 2020.

“O HU, como centro de referência no tratamento de doenças infecciosas, estará à disposição da Secretaria Estadual de Saúde para receber qualquer eventual paciente registrado no estado”, explicou o professor Alberto Chebabo, diretor médico do hospital. “Eles ficarão isolados e receberão tratamento para os sintomas, que é a única maneira de tratar a nova doença até o momento”.

O grupo de trabalho é composto por nove docentes e coordenado pelo professor Roberto Medronho, epidemiologista e ex-diretor da Medicina. Além de atuar com o SUS na assistência hospitalar, “especialmente nos casos mais graves”, como explicou Medronho, também pode

realizar colaboração acadêmica e protocolos de pesquisa. “Estamos criando um grupo de pesquisadores para estudar este novo vírus e soluções relacionadas a novos kits diagnósticos, a eventual novo tratamento antirretroviral. Além de contribuir para a busca de uma nova vacina”, conta.

O cronograma do grupo inclui reuniões semanais, e já há uma demanda da reitora Denise Pires: a criação de uma cartilha informativa para todos os funcionários explicando o que é o coronavírus e como se prevenir.

A contribuição sobre diagnóstico no grupo de trabalho virá do professor Amílcar Tanuri, chefe do Laboratório de Virologia Molecular, do Instituto de Biofísica, onde já estão disponíveis testes para a detecção do novo vírus. Especialista em estudos de genética e virologia, Tanuri atuou na Rede Zika Paulo de Góes, que combateu a epidemia da doença. “A ideia da comissão é minuciar a UFRJ, tanto na parte clínica, como também orientando a comunidade acadêmica”.

Nomeado de Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde, o novo vírus é da mesma família da Sars. Detectado primeiro na China, o vírus já infectou 75 mil pessoas em 28 países, e matou 2.014. Os dados são divulgados por um mapa digital que atualiza os casos de contaminação, curados e mortos pela doença.

VOLTA DO SARAMPO

O novo vírus não chegou ao Brasil, mas o país enfrenta a volta de uma doença que foi dada como erradicada em 2016. O sarampo ressurgiu com casos registrados



ALTA PROCURA Centro de Vacinação da UFRJ, no CCS, tem atendido até cem pessoas por dia

a partir de 2018. Naquele ano foram mais de 10 mil diagnósticos positivos, 333 no estado do Rio. A epidemia avança. Apenas no primeiro mês de 2020, já são 154 casos confirmados, com uma morte. A primeira em 20 anos no estado.

Uma das principais explicações para a volta do sarampo é a diminuição do percentual de vacinados. “O sarampo tem uma capacidade de contágio alta”, explica o professor Chebabo. “Com a diminuição da cobertura de vacinação, o vírus encontrou espaço para se espalhar”.

Para ele, uma das razões para o reaparecimento da doença é a aparente sensação de que estava tudo bem. “Depois de 20 anos de registros próximos de zero, é possível que as pessoas tenham se descuidado”.

O professor Medronho também aponta o papel de movimentos antivacina e o desmonte de políticas públicas de imuni-

zação. “Há muitos boatos sendo espalhados sobre vacinas pela internet, um desserviço para a saúde pública”, explica o médico. “Mas nos últimos anos nós também vimos um afrouxamento das políticas públicas de prevenção, o que inclui campanhas de vacinação de crianças”.

São elas as principais afetadas pela doença. Em 2019, o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) teve 11 crianças com a doença. No HU houve um caso. “O paciente tinha um quadro agudo de sarampo, e foi internado para acompanhamento”, conta a professora Terezinha Marta Castilheiras, do Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP) do hospital. “Veio daí a nossa recomendação de que houvesse um adicional da dose da vacina para os estudantes e profissionais de saúde”, explica.

Para quem quer se imunizar, a UFRJ oferece o serviço no Cen-

tro de Vacinação de Adultos, no CCS. O centro funciona em convênio com a prefeitura do Rio, de onde recebe as vacinas que são distribuídas pelo Governo Federal. O CVA está acompanhando a campanha de vacinação de sarampo promovida pelo Ministério da Saúde.

Desde que começou a campanha pela doença, o centro viu aumentar a procura pelas vacinas tríplice e dupla viral, que imunizam contra o sarampo. Seguindo recomendação da reitoria, também foi feita uma ação de vacinação de sarampo em 450 pessoas em dois dias.

O atendimento do CVA é aberto ao público. “Não há problema em tomar mais de uma vez a vacina para o sarampo”, explica Maristela Monteiro, coordenadora interina do centro, que também oferece outra vacinas como as da febre amarela e hepatite B. O centro funciona de segunda a sexta, das 8h às 16h.



MESTRES DA UFRJ

FERNANDO PAMPLONA ★ 26/09/1926 † 29/09/2013

Professor Titular e ex-diretor da Escola de Belas-Artes

AMOR POR DUAS ESCOLAS: SALGUEIRO E BELAS ARTES

O **Jornal da AdUFRJ** mantém uma seção para homenagear professores que foram grandes referências na universidade. Nesta edição, fazemos uma homenagem à vida e obra do professor Fernando Pamplona, ex-docente e ex-diretor da Escola de Belas Artes da UFRJ

ARTHUR BOMFIM
arthur@adufRJ.org.br

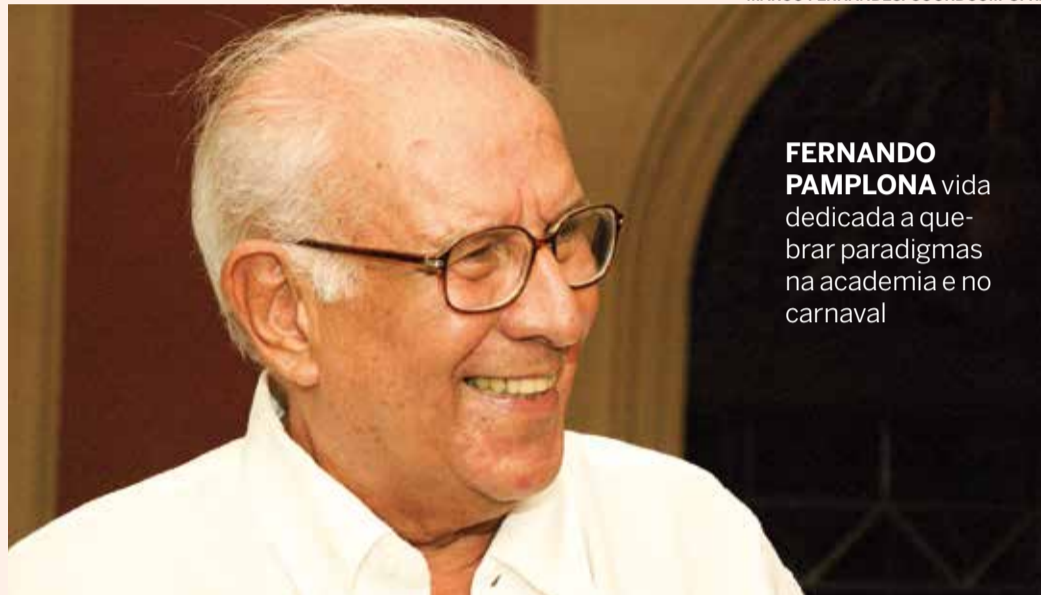
“**P**amplona era um intelectual que acolhia o conhecimento, a pluralidade dos conteúdos, transgridia o tempo”. As palavras de Ronald Teixeira, ex-alu-

no de Fernando Pamplona, demonstram a grandeza do mestre. Hoje professor de cenografia da Escola de Belas Artes, Teixeira afirma que Pamplona foi responsável por formar gerações de carnavalescos. O docente foi professor e diretor da EBA, é reconhecido por abrir as portas da academia para a cultura popular. Ele revolucionou o carnaval ao transformar a avenida, em 1960, com o enredo campeão “Quilombo dos Palmares”, do Salgueiro.

A carnavalesca Rosa Magalhães também deve sua formação a Pamplona. “A cultura popular era muito presente em suas aulas e ele nos trazia temas que nos deixavam impressionados”, conta. “Ele tinha muita experiência profissional e passava isso aos alunos. Nos chamava para fazer trabalhos e, assim, ajudou a inserir muita gente no carnaval”.

Nascido no Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1926, Fernando Pamplona precisou refugiar-se, ainda criança, com o pai, no Acre, após o Golpe de 1930. Lá, teve contato com a riqueza folclórica da região. Para Helenise Guimarães, professora da EBA cujas pesquisas de mestrado e doutorado são inspiradas em Pamplona, a infância no Acre foi fundamental para dar ao docente a experiência que transbordava em aula e no carnaval.

“Ele tinha a cultura dos orixás, do negro, do folclore, e levou isso para a escola de samba. Sua formação tem um interesse pela prática da cultura popular,



MARCO FERNANDES/COORDCOM-UFRJ

FERNANDO PAMPLONA vida dedicada a quebrar paradigmas na academia e no carnaval

uma bagagem que ele trouxe do Acre”, observa Helenise. “Pai da revolução estética dos desfiles das escolas de samba, ele olhava para os diferentes segmentos sociais como importantes para o carnaval”, analisa. “A figura do profissional carnavalesco está calcada na imagem dele”, completa a professora.

Pamplona passou a vida dividido entre duas escolas: a de Belas Artes, da UFRJ, e a Unidos do Salgueiro, pela qual era apaixonado. Da EBA, tornou-se docente em 1957, quando recebeu da universidade o título de Notório Saber. Entre os anos de 1986 e 1990, foi diretor da unidade.

“Pamplona deixou um legado pela aproximação com o carnaval na Escola. Foi responsável pela formação de uma geração de carnavalescos, além de trazer muitos professores que tinham ligação com o carnaval para vir dar aulas aqui”, conta Madalena Grimaldi, atual diretora da EBA. “Os cursos de cenografia e indumentária formaram a mão de obra direta de carnavalescos e, até hoje, temos muitos professores que trabalham no carnaval”, disse.

Em outubro de 2016, quando o prédio da reitoria foi atingido pelo incêndio,

professores da Escola de Belas Artes voltaram a ocupar o “Pamplonão”, um ateliê de arte criado durante a gestão de Pamplona. O incidente reavivou a motivação pela criação do espaço. “Nesta sala, as aulas de indumentária aconteciam em um único ambiente. Cada professor tinha seu grupo de alunos ao redor de uma mesa e não existiam paredes”, relembra Ronald Teixeira. “Era um sentido de fronteira aberta, porque a gente coexistia e podia usufruir das outras aulas. Entendi o desejo de Pamplona de fazer uma escola sem paredes, representada por aquele grande ateliê”.

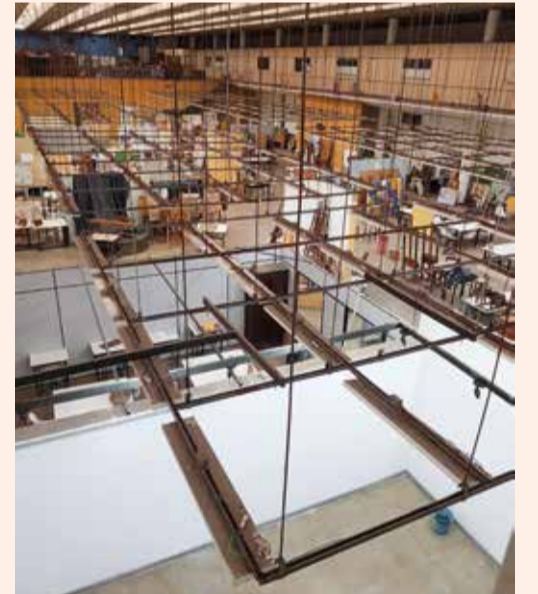
Fora do mundo da academia, Pamplona trabalhou como cenógrafo, no carnaval, decorando as ruas da cidade do Rio. Em 1959, foi convidado a participar do júri das escolas de samba. Foi quando se encantou pelo Salgueiro.

Como carnavalesco, assinou 13 enredos. Doze deles de sua escola do coração. Foi campeão com quatro, levando o Salgueiro ao hall das grandes agremiações: “Quilombo dos Palmares”, em 1960; “História do Carnaval Carioca”, em 1965; “Bahia de Todos os Deuses”, em 1969; e “Festa para um Rei Negro”, em 1972.

Em família, Fernando Pamplona compartilhava das mesmas características descritas por seus alunos e amigos. “Otimista, bem humorado, tranquilo. Ele foi um pai bem liberal, por ele podia tudo”, lembrou Consuelo Pamplona, filha do professor. “Quando criança, era muito divertido ir ao trabalho dele, havia fantasias, tudo era meio que de brincadeira porque as coisas eram muito afins à imaginação infantil”, diz Consuelo, que também, graças ao pai, chegou a trabalhar em desfiles de escolas de samba.

A morte de Pamplona, aos 87 anos, foi antecipada por um câncer, em setembro de 2013. A perda comoveu familiares, alunos e mestres. Importante não apenas para o ensino da cenografia, Pamplona era um artista plural que, por meio de seu trabalho, conseguiu ressignificar o sentido do carnaval. “Ele nos provocou um modo de nos tornarmos enciclopedistas, no sentido positivo do termo, para termos a compreensão da cenografia como um signo das artes visuais, algo que é extraordinário. Hoje, temos o Pamplona como um condutor”, declara Teixeira.

ARTHUR BOMFIM



PAMPLONÃO o imenso ateliê da EBA, sem paredes, foi idealizado pelo mestre



FOLIA INCLUSIVA

O bloco Tá Pirando, Pirado, Pirou abriu o carnaval da Urca. Formado por docentes, alunos e pacientes do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e do Instituto Philippe Pinel, o projeto de extensão defende a saúde inclusiva e antimanicomial. Participantes fizeram críticas ao “Viva UFRJ”, projeto em parceria com o BNDES para uso de imóveis da universidade. O desfile aconteceu no dia 16.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

AdUFRJ

JORNAL DA ADUFRJ / REDAÇÃO: COORDENAÇÃO: ANA BEATRIZ MAGNO CHEFIA DE REPORTAGEM: KELVIN MELO EDIÇÃO KELVIN MELO E SILVANA SÁ REPORTAGEM ELISA MONTEIRO, KELVIN MELO, LUCAS ABREU E SILVANA SÁ DESIGN ANDRÉ HIPPERTT ESTAGIÁRIOS ARTHUR BOMFIM E GIULIA VENTURA TI MARCELO BRASIL E RUBENS ROJAS